

TRABALHO E DIVISÃO DO TRABALHO EM LOURENÇO FILHO

Ana Elizabeth Santos Alves¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
ana_alves183@hotmail.com

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o trabalho e a divisão do trabalho em torno de questões que fundamentaram o pensamento intelectual nas décadas de 30 e 40 do século XX, tendo como suporte o texto “QUE DEVEREI SER?... O mais belo problema da vida de um jovem é o da escolha de sua profissão”, escrito por Lourenço Filho e publicado em 1956. Para discutir essas questões, tecemos, inicialmente, algumas considerações sobre o quadro político e econômico do período, em seguida, apresentamos uma sucinta biografia de Lourenço Filho e, por último, apresentamos breves comentários sobre o texto.

Palavras-chave: Trabalho; divisão do trabalho; profissão

WORK AND WORK DIVISION IN LOURENÇO FILHO

ABSTRACT:

This article has as objective to reflect on the work and the work division around questions that had based the intellectual thought on the decades of 30 and 40 of century XX, having as it has supported the text “THAT I WILL HAVE TO BE ? ... The most beautiful problem of the young life is of the choice of your profession”, written for Lourenço Filho and published in 1956. To think about these questions, we weave, initially, some considerations on the politician and economic scenery of the period, after that, we present one concise biography of Lourenço Filho and, finally, we present brief commentaries about the text.

Key- Words: Work; work division; profession.

A inspiração para escrever este texto partiu da leitura do Almanaque “Anuário Bom Companheiro”, publicado na década de 50 do século XX pelas Edições Melhoramentos, abrangendo vários assuntos sob forma de reportagens, tais como artigos científicos, contos selecionados, anedotas, testes de inteligência, e indicado para a família brasileira, em especial para jovens estudantes que desejassem atualizar-se a respeito dos problemas do mundo moderno.

Um dos textos desse Almanaque nos chamou a atenção. Em primeiro lugar pelo nome do autor, Lourenço Filho, renomado intelectual da época, e, em segundo, pela temática que estava sendo discutida. O texto tece interessantes considerações a respeito do significado do trabalho, e da divisão do trabalho, para vida dos homens, com o objetivo de mostrar aos jovens brasileiros de então como deveriam escolher uma profissão.

A partir dos anos 1930, ocorreram mudanças sociais, políticas e econômicas no cenário nacional: crescimento da população urbana, surgimento de uma burguesia industrial e do operariado urbano, novas demandas do mercado de consumo (ampliação das bases para o capital industrial), como, também, exigências de diversificação da força de trabalho para atender às necessidades das empresas privadas. O discurso de um grupo de intelectuais da área de educação, ligado a Associação Brasileira de Educação (ABE) e antenado com as transformações que estavam acontecendo no país, deu suporte teórico para a consolidação do projeto de modernização, de modo particular no que concerne à

relevância política e à crença no poder da educação como responsável pela mobilidade social. Um dos assuntos amplamente debatido era a necessidade de “organizar o trabalho nacional”, principalmente acerca do cultivo do “hábito e do amor ao trabalho”. Lourenço Filho fazia parte desse grupo. Na sua obra “Tendências da Educação Brasileira”, publicada em 1940 (LOURENÇO FILHO e MONARCHA, 2002), em várias passagens, ele faz referência às transformações que estavam ocorrendo no mundo do trabalho, demonstrando a necessidade de “educar a juventude para o trabalho”. (p.27).

Este artigo analisa o texto “**QUE DEVEREI SER?... O mais belo problema da vida de um jovem é o da escolha de sua profissão**”, de autoria de Lourenço Filho, com o objetivo de refletir especificamente sobre o trabalho e a divisão do trabalho em torno de questões essenciais que fundamentaram o pensamento intelectual nas décadas de 30 e 40 do século passado e que permanecem vivas, algumas delas, ainda hoje no dia-a-dia da maioria da população.

Para discutir esse tema, tecemos, inicialmente, algumas considerações sobre o quadro político e econômico do período; em seguida, apresentamos uma sucinta biografia de Lourenço Filho; e, por último, apresentamos breves comentários sobre o texto em análise.

O contexto brasileiro dos anos 1930 e 1940

O declínio das oligarquias tradicionais rurais da República Velha, a ascensão das oligarquias industriais são algumas das modificações básicas ocorridas na historicidade do Brasil após os anos 1930. A incipiente burguesia industrial se alia a setores das classes tradicionais dominantes, até mesmo porque muitos dos industriais eram fazendeiros, firmando-se uma relação de dominação em relação ao operariado urbano-industrial também em ascendência no período. Há, portanto, o reconhecimento de que a dependência da economia brasileira à economia externa teria que ser rompida. Além do mais, o setor central da agricultura de exportação não mais oferecia condições para o crescimento dessas incipientes oligarquias.

A insatisfação das massas populares, dos segmentos médios, liderados pelos tenentes e por alguns segmentos acadêmicos, dos *prestistas* (da Coluna Prestes), da pequena burguesia mostra não somente a variedade ideológica na estratificação da sociedade brasileira, como a dificuldade do governo federal de atender igualmente a todos os interesses. Em meio a esse contexto, é produzido, em 1932, pelos educadores do movimento de “renovação educacional”, o Manifesto da Educação Nova, do qual Lourenço Filho foi um dos signatários². A responsabilidade do Estado para com a educação pública e para todos, independentemente de classe, sexo, crenças, mais o apoio das instituições privadas, destacam-se como os principais pontos contidos no Manifesto.

Foi um período de grandes debates em torno da educação, promovidos por várias instâncias sociais, mediante os quais fixaram-se dois pólos ideológicos de interpretação da temática. De um lado, um pólo mais tradicional representado por educadores católicos, que defendiam a educação subordinada à doutrina religiosa católica, a educação separada por gênero, masculino e feminino, a fortificação do ensino particular, mais a responsabilidade da família no processo educacional. Do outro, o segmento de educadores defensores das “idéias novas”, ou “escola nova”, do ensino laico, que nada mais era do que a representação da ascendente burguesia industrial liberal. (CURY, 1978). Vale considerar que ambos os grupos combatiam o monopólio do ensino por parte do Estado. É bastante questionável a afirmação de que alguns desses grupos de educadores “tradicionais” ou “modernos” efetivamente se atrelaram em defesa de uma política educacional voltada a

atender os interesses das classes populares. Os educadores católicos da “educação tradicional” refletiam os ideais das oligarquias mais tradicionais da agricultura de exportação e ampararam os ideários facistas da Ação Integralista Brasileira de 1932. Os educadores da Escola Nova abraçaram os interesses da “educação moderna”, reforçada pela Aliança Nacional Libertadora, isto é, os ideais antifacistas, comunistas e nacionalistas presos às incipientes aspirações das oligarquias urbano-industriais. Queriam a expansão de escolas técnicas e profissionais para atender a interesses envolvidos em torno da nova mão-de-obra e do mundo do trabalho.

Ghiraldelli Jr. (1991), entretanto, nos lembra que os signatários do Manifesto não constituíam um grupo homogêneo do ponto de vista ideológico: enquanto um grupo era considerado “liberal-elitista”, tendo Fernando Azevedo e Lourenço Filho como um dos seus integrantes; outro grupo, liderado por Anísio Teixeira, era considerado “liberal igualitário”; e, por outro lado, o signatário Paschoal Lemme pertencia ao grupo de simpáticos ao socialismo. Esses nomes se somam a um conjunto de vinte e seis intelectuais que fizeram parte do contexto ideológico do início dos anos 1930.

A urbanização, a industrialização, as novas demandas dos mercados de consumo e de profissão, a burguesia industrial, o operariado urbano se destacam como forças sociais, políticas e econômicas que entram em vigor.

A partir da década de 30, inicia-se a instalação das condições para expansão do sistema capitalista de produção na sociedade brasileira, que marca um novo padrão de acumulação com predominância da estrutura urbano-industrial e a conseqüente queda da hegemonia agrário-exportadora, consolidando a fase de expansão do capitalismo competitivo. No campo, as relações capitalistas desenvolveram-se mais lentamente e de forma desigual até a década de 50. (SODRÉ, 1980). A produção manufatureira e a industrialização tiveram o seu deslanche a partir das transformações sucedidas ao longo desse período. É importante acentuar a ocorrência desigual do desenvolvimento entre as áreas urbanas e rurais e entre as diferentes regiões.

O mercado capitalista adquiriu “vida própria”, movido pelas possibilidades de crescer pela via do comércio interno, de acordo com as exigências do “estilo urbano de vida” de uma classe média em expansão e do proletariado, criando condições para a instalação no país de uma indústria de bens de capital. Cresce a disparidade entre as áreas urbanas e rurais e a desigualdade entre as regiões. Em particular, busca-se eliminar a produção artesanal e substituí-la por uma produção industrial.

O Estado teve o papel decisivo no processo de constituição do estado capitalista no sentido de introduzir um novo modo de acumular pela institucionalização das regras do jogo ligadas à expansão das atividades para o mercado interno. Oliveira (1981) destaca o papel da regulamentação das leis trabalhistas para os trabalhadores urbanos e a fixação do salário mínimo como fatores primordiais para o processo de acumulação e formação de um “exército de reserva” que afluía do campo para os centros urbanos.

O final da década de 40 e todo o percurso da década de 50 foram demarcados pela extinção da ditadura de Getúlio Vargas, o Estado Novo, e os propósitos ideológicos que passaram a vigorar a partir de então foram muito bem caracterizados pela Constituição de 1946. O novo timbre constitucional consolidou-se por um espírito liberal e democrático, diferente das pregações do *laissez-faire e laissez-passer*, porque reconhecia seguramente a responsabilidade do Estado diante de várias instâncias da sociedade, incluindo, a educação.

No que diz respeito à educação dos trabalhadores, a burguesia industrial brasileira incorpora as orientações tayloristas. Desde os anos 20, as idéias do taylorismo permeavam os discursos dos industriais paulistas, e os questionamentos em relação à intervenção do Estado liberal em assuntos trabalhistas, para regular o mercado, ilustravam a posição da

classe empresarial já preocupada em formar uma classe trabalhadora assalariada para garantir a reprodução da força de trabalho. (VARGAS, 1985).

A consolidação das idéias tayloristas se firmou nos princípios do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), criado em junho de 1931 por lideranças empresariais do Estado de São Paulo, com objetivo de atender às necessidades de organizar o trabalho frente à expansão da industrialização. Essa instituição se encarregou de difundir o espírito taylorista de racionalização do trabalho para a sociedade em geral e a aplicação dos conhecimentos para o ensino industrial, com base em dois objetivos: conforme o primeiro, responsável pelos aspectos organizacionais, realizar atividades de racionalização do trabalho em empresas associadas àquela instituição, como também redirecionar as atividades administrativas do Estado; de acordo com o segundo, preocupar-se com os aspectos ligados à seleção e formação de profissionais, à higiene e segurança no trabalho. Na sua primeira ação, foram aplicados princípios da Psicotécnica em cursos de preparação de pessoal para as companhias ferroviárias do Estado de São Paulo. A experiência levou o Idort a criar o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, reunindo várias empresas ferroviárias interessadas em aplicar as técnicas tayloristas. Esse procedimento impulsionou os industriais a criar o ensino industrial com o objetivo de preencher a lacuna de operários qualificados, anteriormente preenchida com a entrada de estrangeiros no país. (VARGAS, 1985). As escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Serviço Social da Indústria (Sesi) surgiram em conformidade com as teorias veiculadas pelo Idort.

As idéias tayloristas se fizeram presentes na formação da moral e do disciplinamento da classe operária tanto na vida familiar, quanto no trabalho. O caráter “educativo do trabalho industrial” é destacado pelo Idort como uma necessidade primordial para iniciação do comportamento racional e formação de uma classe trabalhadora a começar na infância. Esse instituto “exerceu influência decisiva na formulação das políticas governamentais em todo o período pós-Revolução de 1930 que se estende até 1945, marcando fortemente a reorganização educacional não apenas no que se refere ao ensino profissional, no qual sua orientação foi decisiva.” (SAVIANI, 2007, p. 192).

Alguns setores da administração pública e empresas privadas começam a adotar as formas tayloristas de produção. Configurou-se, também, a ampliação das escolas de Engenharia para suprir o mercado de trabalho com profissionais capacitados para intervir entre a tecnologia, o capital e o trabalho. (KAWAMURA apud DRUCK, 1999). As preocupações principais eram qualificar os engenheiros para que assumissem a concepção e o planejamento da produção e reproduzir uma classe operária educada de acordo com as normas de disciplina da produção industrial. Esse cuidado com a qualificação da mão-de-obra vai determinar mudanças substanciais na política educacional do país. É introduzido o ensino profissionalizante para os filhos dos trabalhadores, medida essa discriminatória, ligada aos interesses da burguesia industrial.

O taylorismo no Brasil, no seu início, transformou a mentalidade da população, direcionando-a para uma nova temporalidade segundo os requisitos da produção moderna, fundamentada no princípio de que “tempo é dinheiro”. A prática de gestão do controle dos tempos e dos movimentos dos operários representou condição primordial para a consecução das técnicas tayloristas. Carvalho (1989) destaca entre as iniciativas da ABE nos anos 20, os discursos em defesa da atuação dos engenheiros como gestores e organizadores do trabalho na fábrica, desempenhando o papel de controlar e conduzir jovens operários, velando não só pela higiene do corpo, suas vestes, seus costumes, mas também pelas suas funções morais.

Os trabalhadores, por sua vez, usaram diferentes formas de resistência, como baixa produtividade, ausência ao trabalho, para expressar descontentamento com a nova forma de trabalho.

A afirmação de uma política industrial no país, a partir de 1946, no governo de Vargas – desenvolvimento da indústria de base –, abriu espaço efetivo para a consolidação das práticas tayloristas. O Estado desempenhou um papel legitimador desse projeto, ao investir um grande volume de recursos para impulsionar setores estratégicos, a exemplo da construção de estradas, portos, energia elétrica, para atender às necessidades do processo de industrialização e, também, um papel regulador do mercado de trabalho com implementação de uma legislação trabalhista necessária para garantir a socialização da força de trabalho. (VARGAS, 1985).

A introdução do padrão fordista de gestão do trabalho e da vida dos trabalhadores aconteceu a partir da abertura do país ao capital estrangeiro, nos meados da década de 50, com a oferta de incentivos às empresas multinacionais, ampliando-se o processo de industrialização favorecido pela política do Estado populista-desenvolvimentista. (VARGAS, 1985).

A política educacional que caracteriza esse período reflete a política de desenvolvimento industrial capitalista, cujo entendimento é dado pelas relações produtivas que se estabelecem entre capital e trabalho. A divisão social e a divisão técnica do trabalho constituem condição indispensável para a formação dessas relações. A separação entre teoria e prática educa distintamente homens e mulheres para atuarem em posições hierárquica e tecnicamente diferenciadas no sistema produtivo. A constituição do sistema educacional aconteceu, portanto, marcado por essa dualidade. (KUENZER, 1992). A alternativa educacional para os jovens oriundos das classes populares era a formação profissional técnica, voltada para o atendimento às necessidades produtivas, sem nenhuma preocupação teórica, diferentemente da educação dada, por exemplo, aos engenheiros, que se apropriam de um saber que lhes permite exercer funções intelectuais.

Sobre Lourenço Filho

Manoel Bergström Lourenço Filho, ao lado de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, marcou o Movimento da Escola Nova nos anos 1920. Nos anos 1930, esses intelectuais deixaram a marca do liberal-escolanovismo, principalmente do ponto de vista das nuances teóricas. (GHIRALDELLI Jr, 1991). A trajetória de Lourenço Filho teve início como professor primário da Escola Normal de São Paulo; em 1919, ingressou na Faculdade de Direito e, em 1923, começou a atuar efetivamente como intelectual reformador, quando foi indicado para implantar uma reforma no ensino público do Ceará. (MONARCHA e LOURENÇO FILHO, 2001). Para desempenhar o seu papel de reformador, percorreu os sertões nordestinos a fim de instalar escolas e conhecer mais de perto a vida regional e o sertanejo. (NUNES, 1998). Ganhou fama nacional como intelectual, com a publicação de uma vasta obra, a exemplo dos livros: “Joaseiro do Padre Cícero cenas e quadros do fanatismo nordestino” (1927); “Testes ABC: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita” (1933); “Introdução ao Estudo da Escola Nova” (1930); “Tendências da Educação Brasileira” (1940). Publicou vários capítulos de livros, textos em revistas, Anais, etc., como, também, traduziu para o português vários livros: “Psychologia Experimental”, de Henri Pieron (1927); “Educação e Sociologia”, de Émile Durkheim (1929); “Techno- psychologia do trabalho industrial de Léon Walther” (1929); e exerceu vários cargos públicos: Diretor Geral do Ensino no Estado de São Paulo (1930); Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)

(1938); professor da Universidade do Brasil (1952), etc. (MONARCHA e LOURENÇO FILHO, 2001). Muitas das suas obras foram publicadas pela Editora Melhoramentos.

Quem foi esse intelectual? Lourenço Filho contribuiu para a divulgação das correntes escolanovistas européias (ao contrário de Anísio que divulgou a corrente americana da linha de John Dewey). Representou o intelectual que, da tecnoburocracia nascente no período Vargas, se comprometeu em alguns momentos com o autoritarismo do “Estado Novo”, sendo considerado, portanto, um liberal-elitista que influenciou a formação de professores nas décadas de 30 e 40. (GHIRALDEDELLI JR, 1991, 2000). Como diretor do INEP, em 1939 fez uma conferência na Escola do Estado Maior do Exército sobre Educação e Segurança Nacional, buscando unir esses dois ideais.

Citando Dutra, Vargas e Capanema, Lourenço Filho trata de demonstrar que a penetração das idéias de segurança nacional na atividade educativa não teria por que significar nem a tendência à exaltação guerreira, nem a abdicação do pensamento e da ação das instituições educativas. “Há um domínio próprio do pensamento, da técnica e da ação militar. Há também um domínio próprio do pensamento, da técnica e da ação pedagógica”. (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 1984, p.70).

Para esses autores, o discurso de Lourenço mostra a sua vinculação com as idéias do Estado Novo e com o fato de ter se desviado do liberalismo para apoiar as ações do governo naquele momento. Foi cooptado como intelectual para compor uma *intelligentzia* no governo, comprovado, quando, ao final do discurso, “pede permissão para lembrar que “o belo e importante mister de servir à segurança” só será eficaz quando “outros homens e mulheres tenham ensinado, tenham educado, também tenham se posto, como vós, a serviço da nação”. (idem). A sua atuação em diferentes cargos públicos lhe proporcionou uma circulação espacial e ideológica em diferentes contextos da época.

Lourenço realizou os primeiros anos do curso de Medicina, o que o fez interessar-se pela Psicologia, e concluiu o curso de Direito. Nunes (1998, p.4) observa que “os saberes geradores de uma definição específica para o campo educacional dos anos 1920 e 1930 foram provenientes sobretudo do Direito e da Medicina. Do jurídico, o educador utilizou os instrumentos para a definição do campo. Do saber médico, os procedimentos científicos da observação e da experimentação”. Os cursos jurídicos, em decorrência da vida acadêmica, das práticas jornalísticas e das discussões de questões de natureza diversa, preparavam “menos a serem juristas e mais a terem uma postura liberal, pelo que podem ser vistas como notáveis escolas de costumes.” (ADORNO apud NUNES, 1998, p.5). É evidente a participação de Lourenço em vários momentos da vida pública como teórico e ideólogo, contribuindo para divulgação do liberalismo e dos ideais da Escola Nova. No seu livro “Introdução ao Estudo da Escola Nova”, isso está bem claro no capítulo V, quando faz referências aos “Estudos Relativos à Morfologia Social”. (LOURENÇO FILHO, 1978, p.121-126).

Conforme Saviani (2007, p.204), Lourenço Filho, como docente, voltou mais a sua atenção para o campo da Psicologia, aprofundando-se na Psicologia aplicada – Psicotécnica – e atuando ativamente no Laboratório de Psicologia Experimental da Escola Normal de São Paulo. A Psicotécnica “significava, para aquela época, a aplicação da teoria psicológica na solução dos problemas práticos de todas as esferas de atividade humana, particularmente da criança que estuda e do homem que trabalha”. (MONARCHA, 2001, p.19). No que diz respeito à organização do trabalho, uma das suas preocupações era com a instrução técnico-profissional e, nesse sentido, organiza e difunde, ao lado de Roberto Mange, a Psicotécnica no “ambiente empresarial”, originando daí a fundação do Idort em

São Paulo, em 1931, em que foi um dos seus principais colaboradores. Junto com Mange, atuou como consultor na elaboração das Reformas Capanema de 1942 e 1943, surgindo daí o Senai e as leis orgânicas do ensino industrial, secundário e comercial. (idem).

O seu trabalho no campo da Psicologia aplicada volta-se para as “questões relativas à avaliação, medidas e testes de aptidão, tendo culminado na elaboração dos famosos “Testes ABC””. Naquela época, os testes de encaminhamento profissional ganharam destaque no cenário nacional, constituindo-se, para um grupo de intelectuais, como um remédio para resolver os problemas de orientação, seleção profissional e organização racional do trabalho, ganhando destaque como instrumento eficaz para legitimação de políticas de intervenção e ordenação social. (NUNES, 1998).

A participação de Lourenço também é evidenciada nas ações da Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada no Rio de Janeiro, em 1924. No papel de intelectual, antenado com o projeto político da época de uma “grande reforma de costumes” que ajustasse os homens “a novas condições e valores de vida” (apud CARVALHO, 1989, p. 53), participa ativamente da divulgação da ideologia da implantação de hábitos de trabalho e cultivo da produtividade como valor cívico. No seu discurso, quando se referia à escola, explicava que deveria ser remodelada e ajustada segundo o modelo da fábrica, “taylorismo na escola”, adotando medidas tais como: “tecnificação do ensino, orientação profissional, testes de aptidões, rapidez, precisão, maximização dos resultados escolares”. (idem, p.60).

No livro “Tendências da Educação Brasileira”, publicado em 1940 (LOURENÇO FILHO e MONARCHA, 2002), destacam-se tópicos com que esse autor busca difundir essas idéias

É claro que a escola, com muitas outras coisas, deve ensinar a ler. Ninguém pode ser contra a alfabetização ou a favor da alfabetização pura e simples, como ninguém pode ser a favor ou contra um instrumento ou um utensílio. Ensinar a ler ao maior número é um benefício, quando esse ensino inculque aos alunos, servindo-se dos recursos da leitura, melhores hábitos mentais, princípios de saúde, técnicas de trabalho, espírito de civismo. Assim compreendida como, aliás, brilhantemente aqui o explanou há pouco o sr. general Pedro Cavalcanti –, o ensino da leitura representa um benefício social, pois o analfabetismo, como afirmou o ilustre militar e educador, é uma razão do desequilíbrio na estrutura orgânica do País. (p. 48).

A Constituição de 10 de novembro de 1937 veio reafirmar essa orientação, esclarecendo-a no sentido de educar a juventude para o trabalho. Em seu art. 129, diz a Constituição que o ensino pré-vocacional e profissional é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado, e que é obrigação das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes; em seu art. 132, declara que o Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, para o fim de organização de períodos de trabalho anual, nos campos e oficinas, nas quais a juventude se adestre para o cumprimento dos deveres para com a economia e a defesa da Nação. O aparelhamento do ensino técnico-profissional, mantido pela União, passou a merecer maiores atenções. Uma comissão mista dos Ministérios da Educação e do Trabalho tem a seu cargo o estudo dos cursos e escolas a serem estabelecidos nas fábricas e oficinas. (p. 27).

O trabalho e a divisão do trabalho segundo Lourenço Filho

Para ilustrar a concepção de Lourenço Filho a respeito do significado do trabalho e da divisão do trabalho, apresentamos o texto, objeto de estudo deste artigo:

QUE DEVEREI SER?... O mais belo problema da vida de um jovem é o da escolha de sua profissão

(LOURENÇO FILHO, 1956, p.119)

Já pensou você em que deverá ser?

Eis aí uma pergunta da maior importância e do maior interesse para você. A escolha de uma profissão, ou de uma atividade certa com que você possa organizar sua vida é assunto decisivo.

Tôda nossa vida gira sobre o trabalho. O trabalho é o dever social; quer dizer, sem êle não somos nada, a nada podemos aspirar, nada podemos pretender. Todos os direitos que possuímos, nascem ou têm origem na adoção de uma profissão, com a qual possamos honradamente ganhar a nossa vida e a vida da família que constituirmos.

Nenhuma dúvida pode haver sobre este ponto: ou trabalhamos, procurando satisfazer nossas necessidades e concorrendo para o progresso da vida social, ou não seremos nada...

O problema sério é o da escolha do tipo de trabalho que devemos adotar.

Quanto a isso, você deverá pensar sempre, no seguinte:

1. Tôdas as formas de trabalho, desde as mais humildes até às mais brilhantes, ou aparentemente mais brilhantes, são belas e dignas; não há trabalho inferior; ninguém se desmerece trabalhando nisto ou naquilo; desmerece-se, sim, se trabalhar mal, se não cumprir bem as suas obrigações;

2 uma profissão deve ser escolhida segundo as capacidades que cada um de nós possui; todos nós somos diferentes uns dos outros; somos diferentes em força física, em aptidões mentais, em gostos e interesses; a maior felicidade de um homem, ou de uma mulher qualquer, é a de escolher uma profissão que bem se harmonize com as suas capacidades; nesse caso, o trabalho nos dará prazer, nos trará satisfações cada dia;

3 Muitas vezes, as circunstâncias da vida não nos podem permitir adotar logo a profissão que desejamos ou porque essa profissão exija maiores estudos, que não temos, nem logo podemos ter, ou por outra razão qualquer. Nesse caso, devemos adotar uma atividade possível, sem perder de vista o nosso ideal, que iremos conquistar depois pelo nosso próprio esforço.

A história dos grandes homens é muito ilustrativa a respeito desses três pontos. Vamos indicar alguns exemplos brasileiros.

Machado de Assis, o grande escritor, começou a sua vida muito humildemente, como varredor de uma tipografia; aí demonstrou, dias após dias, ano após ano, compreensão de seus deveres, amor ao estudo, noção de responsabilidade. Chegou a ser o que foi, por seu próprio esforço!

João Evangelista, depois o Barão de Mauá, também iniciou a sua vida no comércio, em situação muito secundária. Dando provas de honradez, seriedade e amor ao trabalho, tornou-se, no tempo do Império, uma das maiores figuras de nossas finanças!

Justiniano de Serpa, que foi governador do Estado do Ceará, político de larga projeção, começou sua vida como tropeiro. Só aprendeu a ler com dezessete anos de idade! Construiu a sua vida pelo próprio trabalho e, assim, numerosos homens de negócios, da indústria, das artes, da literatura, da política nacional. Em todos eles, encontramos a compreensão de que todo trabalho é digno; a idéia de que o

aperfeiçoamento pessoal pode ser feito pelo esforço de cada dia; o pensamento de que devemos procurar a realização completa de nossa vida, segundo as nossas melhores capacidades.

Alguém escreveu êste conselho, que deve ser meditado por todos os jovens: “Ou serás o que deves ser, ou não serás nada!” Isto quer dizer que cada um de nós deve procurar o seu próprio caminho, pelo estudo, pelo trabalho, pela retidão do caráter. Escolha a sua profissão segundo os três pontos que estão indicados: 1. Todas as espécies de trabalho são belas e dignas quando as cumprimos bem; 2 o melhor trabalho para cada um de nós é o que melhor combine com as nossas capacidades e aptidões; 3 Quando não seja logo possível seguir o que pretendemos ser, comecemos pelo que for possível, trabalhando com honestidade e retidão, para vencer mais tarde.

Essa é a lição que nos dão os homens sensatos, aqueles que prezam a sua dignidade e o seu próprio valor.

Nesse pequeno texto, Lourenço convida o leitor a refletir sobre a escolha de uma profissão e, para tal, explica o que é o trabalho e o seu papel na vida do homem, aproveitando o ensejo para dar alguns conselhos aos jovens sobre a escolha de um tipo de trabalho e, a título de exemplo, a fim de reforçar as suas idéias, conta a história de três “grandes homens”, brasileiros, que começaram a vida humildemente e que, com muito esforço, dedicação e amor ao trabalho, conquistaram a admiração de todos.

Esse texto é uma amostra da prática discursiva de um intelectual que atuou em diversos cargos públicos. “Foi uma figura-chave no processo de desenvolvimento e divulgação das idéias pedagógicas da Escola Nova no Brasil. Por mais de cinquenta anos, desde que se formou, em 1914, (...) animou o ambiente pedagógico do país até a sua morte, em 3 de agosto de 1970”. (SAVIANI, 2007, p.205). Com o propósito de problematizar e encaminhar elementos para a discussão sobre o tema trabalho e divisão do trabalho, em torno do qual, ao longo de todo o texto, o autor apresenta definições bastantes simplificadas, pretendemos aqui por diante destacar alguns pontos.

O texto começa com uma pergunta sobre a escolha profissional e encaminha o leitor a seguir as suas sugestões para facilitar a escolha – este é o primeiro ponto a ser considerado na nossa análise. Parte das reflexões teóricas e aplicações práticas feitas por Lourenço estão no campo da psicologia aplicada à educação. (MONARCHA (2001). A sua atuação como professor e pesquisador da disciplina Psicologia da Educação o fez adotar uma postura em defesa dessa área, como conhecimento-chave para a elaboração de novas formas de interpretar a realidade social e pedagógica. O caminho utilizado por ele para as aplicações práticas desse conhecimento era o teste psicológico. Os testes profissionais consistiam num elemento-chave para estudar o comportamento humano no que diz respeito ao encaminhamento profissional: orientação e seleção profissional e racionalização do trabalho, entre outros objetivos. Podemos observar a aplicação da Psicotécnica nos trabalhos desenvolvidos pelo Idort, órgão que teve Lourenço como um dos seus criadores, a partir dos trabalhos no Laboratório de Psicologia Experimental e dos estudos psicotécnicos de Roberto Mange na superintendência dos cursos de Mecânica prática do Liceu de Artes e Ofícios. (SAVIANI, 2007). Conforme já relatamos em momento anterior, os princípios da Psicologia e as idéias tayloristas foram utilizados para selecionar e preparar pessoal para atuar nas indústrias paulistas da década de 30. São evidenciados métodos de racionalização do trabalho para padronizar o tempo e os movimentos, controlar e disciplinar o trabalho e dividir o trabalho entre a gerência e os trabalhadores. A introdução de conhecimentos da Psicologia possibilitou a gestão da produção por meio do desenvolvimento da política de relações humanas nas empresas.

Vale ressaltar que a escolha de uma profissão está diretamente ligada a origem social do jovem.

O segundo ponto diz respeito a sua concepção de trabalho e da divisão de trabalho. O autor simplifica o conceito de trabalho: de atividade humana vital é reduzido a uma atividade profissional.

Lourenço tem razão quando diz que o trabalho é que nos dá sustento e sobrevivência, nos garante o pão e o supérfluo. É, sobretudo, fonte de sentido para a vida humana, faz parte da nossa condição de existência neste mundo. O trabalho nos revela para os outros e para nós mesmos. Por meio dele, construímos a nossa identidade. “Ter um trabalho significa ocupar um lugar na divisão social do trabalho – a ausência é a exclusão”. Entretanto, esse autor não explica quem se apropria do produto do trabalho do outro.

Cunha (1978, p.78-80), analisando “o que são o homem e a sociedade” para os Pioneiros da Educação, do qual Lourenço Filho é parte integrante, descreve que, para esse grupo, o trabalho é concebido como um bem social, responsável pela formação da personalidade moral,

(...) na medida em que abre campo para a solidariedade, cooperação social e o espírito de justiça. Esta dimensão ética faz com que o homem não só se adapte às circunstâncias, mas procure corporificar os valores permanentes de solidariedade, cooperação e justiça na mutualidade das situações em vista de uma transformação da realidade (...).

O esforço conjunto dos vários tipos de trabalhos humanos, resultado da solidariedade, converge para o interesse coletivo. O trabalho compreendido dessa forma legitima a divisão do trabalho como fonte de solidariedade, referendando o modelo burguês de sociedade. Marx (apud MACHADO, 1989) compreende a divisão do trabalho na sociedade capitalista não como meio pelo qual o homem atinge o seu pleno desenvolvimento, mas, sim, como origem de todas as contradições sociais: a raiz da alienação humana.

Marx (1985) concebe o trabalho, no seu sentido mais genérico e abstrato, como um processo que permeia todo o ser humano e constitui a sua especificidade. Não podendo ser confundido com função ou emprego, é, ao mesmo tempo, liberdade e necessidade real do homem. O trabalho é a categoria fundante ou formadora do ser social; os homens existem socialmente por meio do seu trabalho seja modificando a natureza, com a busca da satisfação de suas necessidades básicas, seja também realizando a sua atividade produtiva para sobreviver, manter a sua vida, manter a sua própria espécie para reprodução. Mas, no desenvolvimento do processo capitalista, as relações manipulativas e produtivas entre os homens e a natureza intensificam a divisão social do trabalho, tornando o trabalho externo ao trabalhador, ou seja, o produto do trabalho é incorporado a um objeto que se torna estranho ao trabalhador. Marx mostrou que a divisão do trabalho é um fenômeno social e histórico. A divisão social baseia-se no fracionamento dos meios de produção da sociedade entre muitos proprietários independentes; a divisão dentro da fábrica baseia-se na concentração dos meios de produção nas mãos de quem detém os meios de produção.

As reflexões elaboradas por Lourenço Filho estão fundamentadas nas teorizações sobre a divisão do trabalho construídas por Émile Durkheim. A divisão do trabalho para Durkheim é um fato social que tem um efeito moral (provocado pela solidariedade social) como um dos elementos essenciais para direcionar e definir as trajetórias que os indivíduos realizam. “A divisão do trabalho supõe que o trabalhador, longe de ficar curvado sobre sua tarefa, não perde de vista seus colaboradores, mas age sobre eles e sofre sua ação”. (DURKHEIM, 1988, p.101). No contexto capitalista, a solidariedade é orgânica³: ao mesmo tempo em que cria funções divididas, cria uma interdependência entre elas. A

divisão do trabalho é a divisão de tarefas comuns entre várias pessoas; para que essas tarefas sejam realizadas, é necessário que haja cooperação entre elas; para existir a cooperação, todos têm que cumprir as obrigações recíprocas; e o caminho que leva ao cumprimento destas obrigações é a sanção a partir do direito restitutivo, norma que tem a função de fiscalizar e sancionar a manutenção da cooperação.

A cooperação é o elemento fundamental da solidariedade orgânica, que tem origem no desenvolvimento do trabalho como fonte de solidariedade. É a solidariedade que permite aos membros da sociedade guardar sua autonomia e identidade, dividir o trabalho e educar os indivíduos de acordo com as suas necessidades. Sem cooperação, não há reciprocidade nas obrigações, nas ocupações; sem cooperação, a divisão do trabalho deixa de ser fonte de solidariedade. A divisão do trabalho na sociedade tem o principal papel de cumprir a função de “integração do corpo social”, “garantindo sua unidade”, a união de diferentes trabalhos humanos, a complementaridade de cada profissão para com as outras: a solidariedade profissional.

Adquirir uma profissão representa um importante elemento para o desenvolvimento humano individual e condição social para garantir a participação pública dos membros da sociedade. Desse modo, Machado (1989, p.96) lembra que “ter uma profissão” é um valor altamente considerado, na medida em que possa ser funcional para o sistema e contribua para a manutenção da estrutura social. O aprendizado de uma profissão oferece condição para o indivíduo exercer uma função no organismo social. Durkheim (1980) analisa a divisão do trabalho intelectual e manual como um processo natural, sem qualquer preocupação com a dimensão histórica, social e política, ressaltando a sua necessidade como um desenvolvimento de gostos e de aptidões inatas, conforme o temperamento de cada um.

Quem faz a seleção da profissão que cada indivíduo deve escolher segundo Durkheim? A educação.

A sociedade não poderia existir sem que houvesse em seus membros certa homogeneidade, a educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando de antemão, na alma da criança, certas similitudes essenciais, reclamadas pela vida coletiva. Por outro lado, sem uma tal qual diversificação, toda cooperação seria impossível. A educação assegura a persistência desta diversidade necessária, diversificando-se ela mesma e permitindo as especializações. (apud MACHADO, 1989, p.98).

Nessa perspectiva, a divisão do trabalho é a fonte da unidade, e a educação é responsável pela preparação dos indivíduos para o desenvolvimento adequado dos diversos papéis.

Ao longo de todo o texto, Lourenço defende a capacidade de cada indivíduo poder escolher uma profissão como forma de inserção na vida social, ser funcional. Quando explica que “todas as formas de trabalho são iguais” ou salienta que “muitas vezes as circunstâncias da vida não nos deixam adotar logo a profissão que desejamos”, o autor, conforme observamos em Durkheim, descreve a divisão do trabalho intelectual e manual como um processo a-histórico, para além das classes. Ele não faz qualquer referência à estrutura social da qual os indivíduos participam e nem sobre a distribuição desigual das oportunidades de acesso aos bens materiais e culturais presentes na sociedade. Pelo contrário, cita o exemplo de brasileiros ilustres que não perderam de vista o seu ideal, “demonstrando dia após dias, anos após anos, compreensão de seus deveres, amor ao estudo, noção de responsabilidade”, etc., galgando um lugar na hierarquia social.

Usa do falso argumento com base em exemplos particulares de pessoas que ascenderam socialmente como prova de que, com coragem, honradez e seriedade, todos poderão conseguir. Com isso, proclama a igualdade e dissimula a diferença entre as classes. A relação trabalho, profissão e juventude é tratada de modo simplificado e mistificado, escamoteando a divisão social e técnica do trabalho presente na sociedade capitalista.

O terceiro ponto a ser lembrado é a forte presença dos princípios liberais ao longo de todo o texto. Dois princípios estão bem evidentes: o individualismo e a igualdade. (CUNHA, 1986, p. 256-257). O individualismo é o princípio que afirma terem os indivíduos aptidões e talentos próprios. O homem é um ser de necessidades e desejos. Estas características se manifestam por meio dos desconfortos individuais e escolhas que proporcionam a realização dos desejos, podendo ser resolvidas ou amenizadas a partir de ações humanas. Assim, o objetivo da vida humana é uma busca constante de satisfação de desejos, que pode ser alcançada pelo trabalho, e esta atividade o indivíduo pode escolher livremente entre as diferentes situações. Há indivíduos cujo único propósito é enriquecer, outros, sensíveis aos sentimentos dos menos favorecidos, desejam dedicar-se a obras de caridade; há os que querem ser médicos, professores. Tudo depende das escolhas e da liberdade individual. (XAVIER, 1996). A igualdade é o princípio que estabelece que todos os indivíduos devem ter iguais oportunidades de competir pela posse dos recursos da sociedade pelas diversas posições sociais. Cada indivíduo durante toda a sua vida deve saber aproveitar as oportunidades que lhe são disponíveis.

Esses princípios são dominantes no texto de Lourenço, a começar pelo título: “Que deverei ser?... O mais belo problema da vida de um jovem é da escolha de sua profissão”. De qual jovem o autor está falando? Não é o jovem que pertence à classe trabalhadora. Para estes, a história tem demonstrado que o destino é produzir a vida de forma precária. O discurso de igualdade dissimula a desigualdade entre as classes. Para Lourenço, o canal de mobilidade social está na escolha de uma profissão conquistada com o próprio esforço. A escolha de uma profissão independe da vontade individual, as relações capitalistas se constituem num “locus fetichizado” entre capital e trabalho, aparentando igualdade e liberdade nas escolhas individuais.

Palavras Finais

Este artigo elaborou algumas considerações a respeito do significado do trabalho e da divisão do trabalho no contexto dos anos 1930 e 1940 à luz das reflexões de Lourenço Filho em um texto de Almanaque. Revisitando outros escritos desse autor, em coleção organizada por Monarcha (2001), no que diz respeito às questões apontadas acima, concluímos que o papel de Lourenço Filho como intelectual foi motivado por valores de ordem prática e social, demonstrou ser um pensador que compreendeu as mudanças sociais e políticas após anos 1930 e comungou com os ideais do liberalismo quando expôs a idéia da sociedade burguesa como uma sociedade capaz de garantir a possibilidade de ascensão de cada indivíduo.

Dirigindo o nosso olhar especificamente para o texto analisado, podemos ressaltar a sua preocupação em justificar a mobilidade social segundo interesses, aptidões e ações individuais. Cunha (1986, p. 264), ao descrever a “teoria da circulação das elites” de Pareto, mostra que essa teoria explica a formação das classes sociais pelas desigualdades físicas, psicológicas ou econômicas entre os homens. A mobilidade ascendente ou descendente entre as classes é resultante da “natural e espontânea” realocação dos indivíduos conforme as aptidões: “os indivíduos bem-dotados, mesmo nas classes inferiores, vão pouco a pouco ascendendo às classes superiores; seus descendentes,

entrando em decadência, deixam seus lugares aos ascendentes e se deslocam para as classes inferiores”. No texto de Lourenço, o caminho para tal mobilidade dá-se pela compreensão de que o “aperfeiçoamento pessoal pode ser feito pelo esforço de cada dia” e, conseqüentemente, a escolha de uma profissão deve ser compatível com as aptidões mentais, gostos e interesses dos indivíduos; a garantia do sucesso está no tamanho do esforço que cada um é capaz de exercer.

No contexto atual, essas noções ideológicas ainda são visíveis. Frigotto (2004, p.193) lembra que “ tem ampla divulgação no senso comum o sofisma ou a estratégia de deduzir, de alguns casos particulares, principalmente de pobres ou de negros que ascenderam socialmente, a tese de que, se houver esforço e vontade, todos poderão conseguir.” As pretensões e ambições dos indivíduos variam de acordo com as oportunidades e a origem social. A disputa seleciona "os mais competentes", falseando a discriminação como resultado de uma escolha natural.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, M. C. de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CUNHA, L. A. *A Universidade Temporã*. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- CURY, C. R. J. *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- DURKHEIM, É. *Sociologia* Coleção Grandes Cientistas Sociais, Cap.4-8, SP: Ática, 1988
- DURKHEIM, É. *As regras do Método Sociológico*. Lisboa, Portugal: Presença, 1980.
- DRUCK, M. G. *Terceirização: (Des)fordizando a Fábrica - Um Estudo do Complexo Petroquímico da Bahia*. Salvador: Edufba; São Paulo: Boitempo, 1999.
- Carvalho (1989, p.61
- FRIGOTTO, G. *Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas*. In: VANNUCHI, P.; NOVAES, R. (org). *Juventude e Sociedade – Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Fundação Perseu Ramos, 2004. p. 180-216.
- GHIRALDELLI Jr, P. *Pedagogia e Luta de classes no Brasil (1930-1937)*. São Paulo: Humanidades, 1991.
- GHIRALDELLI Jr, P. *História da Educação*. 2 ed. São Paulo; Cortez, 2000.
- KUENZER, A. Z. *Ensino de 2º grau: O Trabalho como Princípio Educativo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- LOURENÇO FILHO. QUE DEVEREI SER?... O mais belo problema da vida de um jovem é o da escolha de sua profissão. In: *Anuário Bom Companheiro*. São Paulo: Melhoramentos, 1956. n.1, p. 119.
- LOURENÇO FILHO, Introdução ao Estudo da Escola Nova. 13. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- MARX, Karl *O Capital - Crítica da Economia Política*. In : Coleção “Os economistas”. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, 2ª ed., São Paulo : Nova Cultural, v. 1, 1985.
- MACHADO, L. R. S. *Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial*. 2 ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

MONARCHA, C; LOURENÇO FILHO, R..(org.) *Por Lourenço: uma bibliografia*. Brasília: MEC/Inep, 2001. Disponível em: www.inep.gov.br/download/cibec/2001/colecao_lourenco_filho. Acesso em: 03 de janeiro de 2008.

MONARCHA, C; LOURENÇO FILHO, R.(org.) *Tendências da educação brasileira / Manoel Bergström Lourenço Filho*. 2. ed., Brasília: MEC/Inep, 2002. Disponível em: www.inep.gov.br/download/cibec/2001/colecao_lourenco_filho. Acesso em: 03 de janeiro de 2008.

NUNES, C. *Historiografia comparada da escola nova: algumas questões*. Revista da Faculdade de Educação, v.24, n.1. São Paulo, jan/jun,1998. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em : 15 de dezembro de 2007.

RODRIGUES, José Albertino (org). *Émile Durkheim: Sociologia*. Tradução de Laura Rodrigues. 2 ed. S.P.: Ática, 1981.

SAVIANI, D. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*.Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SODRÉ, Nelson W. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

Schwartzman, S; Bomeny, H. M. B. ; Costa, V. M. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

VARGAS, N. Gênese e difusão do taylorismo no Brasil. *Revista Ciências Sociais*, Hoje. São Paulo: ANPOCS / Cortez, p. 155-189,1985.

XAVIER,U. Neoliberalismo como visão de mundo. *Universidade e Sociedade*, São Paulo, Ano VI, n.11, p.110-119, jun., 1996.

Artigo recebido em: 15/ 12/2007

Aprovado para publicação em: 15/01/2007

¹ Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. Doutora em Educação. Pesquisadora do Museu Pedagógico – UESB

² Assinaram também o Manifesto Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Paschoal Lemme, Roldão de Barros e outros (Ghiraldelli Jr, 2000).

³ Solidariedade típica da sociedade capitalista. Resultado da divisão do trabalho social e das relações que regulam o direito cooperativo com sanções restitutivas. (RODRIGUES, 1981, p. 80).